

Caro Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Caro Sr. Presidente da Câmara

Caros Vereadores

Caros Membros da Assembleia

Estimado Público

E uma palavra especial para os jovens (e alunos) aqui presentes – nasceram em liberdade, mas que nunca considerem a liberdade definitivamente conquistada

É com muita satisfação que vemos, finalmente, o Município de Ílhavo a organizar uma cerimónia para comemorar o 25 de abril, pois esta é uma data que deve ser celebrada, não só pelo que ela representou no passado, mas também pelo que continua a exigir para o futuro. Apesar das tentativas de alguns quadrantes partidários para dele se apropriarem, o 25 de abril não tem donos, pois o progresso social e a liberdade é algo que tem de ser transversal a todo o Portugal Democrático. Todos temos motivos para celebrar Abril por aquilo que foi conquistado quando se pôs fim ao Estado Novo, mas devemos ainda mais lembrar e atualizar os princípios de Abril porque isso que foi conquistado não o foi para sempre, não está definitivamente consolidado, é um processo aberto que continua a exigir de todos um esforço para que continue presente na nossa vida social, em Portugal e na Europa de que fazemos parte.

O inequívoco progresso social promovido pela revolução de Abril tem de ser continuamente construído, fortalecendo e adaptando aquilo que foi inaugurado ao longo destes quase 50 anos de democracia.

Na saúde, a implementação do tão importante Serviço Nacional de Saúde que assegurou o direito de cada ser humano, independentemente das suas condições económicas, ser tratado com todos os cuidados e com a máxima dignidade, garantindo um atendimento médico e o acesso a tratamentos perante o infortúnio de uma doença mais ou menos grave, significa talvez um dos maiores saltos na qualidade de vida e nos direitos das pessoas promovidos pela nossa democracia. No entanto, hoje temos um Serviço Nacional de Saúde asfixiado, que não consegue dar resposta às necessidades dos utentes e que necessita de ser repensado.

Na Educação, desenvolveu-se de forma exponencial a alfabetização, a cultura, a literacia científica, através da implementação da escolaridade obrigatória, tendo sido assegurado, nestas últimas décadas, um ensino de qualidade, promotor do mérito e da mobilidade social. Porém, hoje sabemos do impasse que se vive na Educação, com a falta de professores, com as poucas condições dadas aos professores em início de carreira ou àqueles que são colocados, por exemplo, em Lisboa ou no Algarve, já para não falar de um conjunto de projetos e políticas erráticas neste sector que colocam em

risco a qualidade do ensino nas escolas públicas. Exige-se também discutir, repensar e reconstruir a escola pública.

No plano económico, assistiu-se a uma grande melhoria da qualidade de vida da grande maioria das pessoas, a que não é alheio o processo de decisão da entrada de Portugal na União Europeia, crucial para o desenvolvimento sócio-económico do nosso país. Contudo, hoje, continuamos a viver uma crise financeira profunda, provocada pela perturbação causada por uma pandemia que ninguém esperaria viver, por uma invasão contra uma nação soberana e em paz, a Ucrânia, a qual a Europa tem o dever de continuar a ajudar, sob pena de trair os princípios sobre os quais alicerça o seu estilo de vida e a sua civilização. Esta crise que se sente por todo o mundo, não só chegou também a Portugal, como aqui é sentida de forma bastante sofrida pelo cidadão comum, que se vê cada vez com menos dinheiro para as suas necessidades, acentuando-se as dificuldades para garantir, nos dias de hoje, algo tão básico como uma habitação digna para todas as famílias. É necessário fazer as reformas necessárias para que o país prospere, que seja capaz de produzir riqueza e aumentar os ordenados, os mínimos, mas também os da classe média que, a cada ano que passa, vai vivendo com menos condições e a perder poder de compra.

Como se pode ver, é necessário continuar a cumprir os desígnios de Abril, pois eles estão longe de estarem concretizados e resolvidos. Mas ainda falta mencionar talvez aquela que foi a maior conquista da Revolução dos Cravos e sobre a qual vou centrar este discurso: a Liberdade. A liberdade de pensarmos o que bem entendermos e, sobretudo, de podermos expressar as nossas ideias em público sem receio de qualquer censura que possa levar a uma qualquer punição ou à exclusão de qualquer direito. Penso ser absolutamente consensual afirmar que, se houve um avanço nítido na passagem do regime ditatorial ao democrático foi precisamente na liberdade de expressão, no direito de cada um poder dizer aquilo que bem entender relativamente à política, à religião, à arte, à economia, à vivência em sociedade. Porém, se somos hoje muito mais livres que há 50 anos atrás, relativamente ao direito de exprimirmos aquilo que sentimos e pensamos, tenho dúvidas que sejamos hoje mais livres que há 25 ou 30 anos atrás. Continuamos a viver atualmente um tempo perigoso e ameaçador da nossa liberdade de expressão. Hoje, felizmente, não há polícia política nem uma censura oficial e institucionalizada, há, no entanto, uma pressão politicamente correta promovida por pseudo-progressistas que pretendem instaurar novas formas de pensar, novas formas de dizer, que começam a limitar a livre expressão de ideias nos vários domínios da nossa vida.

Nas nossas democracias liberais ocidentais, nas quais nos devemos orgulhar de viver em liberdade e com tolerância, há quem esteja a tentar reescrever a história e a literatura, chegando a obras tão inocentes como os policiais de Agatha Christie ou, imagine-se, os livros de “Os Cinco”, os quais penso terem

sido marcantes na infância e na juventude da maior parte das pessoas presentes nesta sala e, pelo que vejo, não deixou sequelas negativas em ninguém, pelo contrário, ajudou a tornar-nos homens e mulheres livres.

E sobre isto não podemos cometer o erro de pensar que esta é uma questão secundária, dando-se a entender que a alteração de umas palavras não vai trazer grande prejuízo às pessoas. É preciso afirmar que isto é grave e que pode abrir uma Caixa de Pandora. É grave porque a história, embora se possa reinterpretar não se pode reescrever, sob pena de perdermos noção de quem somos por deixarmos de saber donde viemos e dos problemas que enfrentámos. É grave porque pretende-se limitar aquilo que se pode dizer, e quando se limita o que se pode dizer isso acaba, mais tarde ou mais cedo, por se repercutir sobre aquilo que conseguimos pensar, formatando este Homem Novo, que se pretende fazer nascer numa nova alvorada, a um novo quadro de referências e a uma nova linguagem, a uma “novilíngua” no dizer de Orwell no seu sempre atual “1984”. Que ninguém tenha dúvidas: esta chamada “cultura do cancelamento” está a tornar-nos a todos pessoas menos livres.

E em Portugal também já se sente este movimento e esta pressão sobre aquilo que pode ou não ser dito, sobre aquilo que pode magoar ou ofender as pessoas. Sim, porque esta, tal como todas as outras censuras em qualquer época da História, é sempre aplicada com a melhor das intenções, nomeadamente a de garantir os direitos das minorias. Mas uma coisa é assegurar um tratamento não discriminatório a qualquer minoria ou indivíduo, havendo uma exigência democrática de equidade para todos, outra coisa é coartar a liberdade de expressão, colocar uma mordaza relativamente ao que cada pessoa, faça parte de uma minoria ou de uma maioria, pode dizer relativamente ao seu sentir e ao seu pensar. Não é saudável, não o era em ditadura e continua a não o ser numa democracia, que as pessoas comecem a falar entredentes e a distinguir aquilo que dizem em privado daquilo que podem dizer em público, recorrendo à autocensura, ainda que, para já, discreta e implícita.

E isto tudo com a melhor das intenções, a de assegurar o convívio social sem ofender ninguém. Ora, a complexidade da questão é definir o que é a ofensa, saber se é algo universal e objetivo, interpretado por todos como uma ofensa, ou se, pelo contrário, é algo subjetivo que varia consoante o contexto, as circunstâncias e as referências de cada um. Face a esta dúvida, torna-se legítimo ponderar quais os limites da liberdade de expressão, quando é que essa liberdade se torna ofensiva ou, talvez de forma mais clara, quando é que essa potencial ofensa se torna intolerável e não deve ser expressa.

Aqui, vou recorrer ao filósofo britânico do século XIX, John Stuart Mill. No seu livro intitulado “Sobre a Liberdade”, Stuart Mill explicita aquele que, a meu ver, continua a ser o principal princípio para perceber o que é e até onde se

deve estender o conceito de “liberdade de expressão”: o princípio do dano. De acordo com este princípio, poderemos/deveremos expressar tudo aquilo que entendermos desde que as palavras que vamos expressar não provoquem um dano direto e objetivo a alguém. Ora, se nós pensarmos no ataque direto *ad hominem*, na calúnia ou na difamação, facilmente chegaremos à conclusão que isso, efetivamente, provoca um dano visível ao alvo dessas palavras. Pensemos, por exemplo, no caso da calúnia. Acusar falsamente um indivíduo de ter roubado, matado ou abusado de alguém, essas palavras vão causar-lhe um dano irreparável, pelo que devem ser punidas judicialmente. Aqui não haverá dúvidas em defender a criminalização destas palavras, na medida em que são as palavras proferidas na calúnia que diretamente causam o dano ou prejuízo a alguém.

Muito diferente é a mera expressão de ideias. Pensando no famoso caso dos cartoons de Maomé vemos que, indiretamente, provocou mortes que seriam evitáveis se o cartoonista não desenhasse. Porém, um cartoonista ou humorista não pratica qualquer ato violento, faz riscos ou pronuncia palavras que só indiretamente podem influenciar comportamentos violentos por parte de outros indivíduos. O que tem de ser considerado inaceitável é o terrorismo, nunca os desenhos ou as palavras que expressam ideias.

Mesmo quando se diz algo que não é cientificamente correto, pronunciam-se palavras que não provocam qualquer dano direto e até se está a dar a possibilidade de se desenvolver uma melhor refutação dessas teses não científicas. Em vez de se defender a censura dessas ideias, deve antes usar-se o contraditório para explicitar melhor algumas descobertas científicas e torná-las mais claras e acessíveis a todos. Defender que a Terra é plana é, todos o sabemos, um grande disparate, mas devemos defender o direito dos terraplanistas o poderem afirmar. A censura nunca traz vantagens, apenas aumenta o fascínio sobre aquilo que é proibido; o contraditório tem de ser sempre encarado como uma oportunidade para explicarmos e clarificarmos melhor as nossas ideias. Não podemos abdicar, temos de continuar a pensar que a razão prevalece sobre a credice, a charlatanice e o fanatismo. A razão não pode precisar da censura para impor a sua força.

Sendo assim, podemos considerar que o princípio do dano de Stuart Mill nos oferece um bom critério para definir até onde deve chegar a liberdade de expressão – à defesa ou contestação de ideias sobre o mundo, a vida, a arte, a religião, a política, seja o que for. Ao contrário, quando as palavras que se expressam visam alguém, através do ataque pessoal, da calúnia ou da difamação, essas palavras devem ter consequências criminais na medida em que provocam um dano direto e objetivo a alguém, mas este tipo de acusações verbais ultrapassa claramente o âmbito da livre expressão de ideias, na medida em que se limita a atacar uma ou mais pessoas concretas. Ninguém necessita de atacar alguém para dizer o que pensa sobre o mundo e a vida; agora, relativamente às ideias que tem sobre qualquer assunto deve

ter o direito de se expressar sem limitações, mesmo que as suas posições sejam polêmicas, dissonantes ou mesmo comprovadamente erradas.

Devemos então centrar a discussão e a divergência nas ideias e não em quem as profere ou a quem elas podem ofender; se são ideias, podem ser combatidas com outras ideias, e não com armas, ameaças ou proibições. A este propósito, acrescenta-se que vivemos ainda uma deriva proibicionista que pretende impor uma nova forma de estar e de viver e que também contribui para a diminuição da nossa liberdade individual. Além de se ter recuperado uma forma de censura e autocensura tão cara ao Estado Novo, nas democracias ocidentais também se está a revitalizar um novo puritanismo que, por certo, envergonharia muitos daqueles que no 25 de abril lutaram por um ideal de libertação.

Um exemplo. Tal como no Estado Novo, temos um puritanismo que incide sobre o papel da mulher. Na ditadura, a mulher tinha de corresponder a uma limitadora representação puritana, hoje, na democracia, no entanto, é a representação da mulher que tem de corresponder a um ideal puritano, radicalmente diferente do anterior, mas igualmente limitador – dantes visava-se a mulher, que tinha de se conter dentro de determinados parâmetros morais, agora o artista que a representa tem de subordinar a sua arte a uma nova moral contemporânea (e a representação artística tanto pode ser do séc. XXI, do séc. XVI ou da Antiguidade, a nova censura atua igualmente sobre todos).

Ainda outro exemplo, este bem presente no nosso país, e que embora não esteja tão relacionado com a questão da liberdade de expressão, é revelador da busca de um ideal de perfeição e pureza, pouco próprio de uma democracia liberal. A atual obsessão com a definição de uma alimentação saudável, onde o Estado maximaliza o seu pendor paternalista, indicando os alimentos com mais ou menos IVA, ou mesmo, agora, com IVA zero, ou aqueles que, por exemplo, se podem ou não disponibilizar nos bufetes das escolas. Isto tudo, claro, reitero, sempre com a melhor das intenções, a de implementar o novo ser humano perfeito e ideal que, felizmente, não existe. Nesta, como em qualquer outra dimensão da nossa vida, somos imperfeitos, estamos condenados a errar com alguma frequência e temos de construir sociedades para homens e mulheres imperfeitos, com vícios e limitações, e não para seres indiferenciados, formatados, quais autómatos sem singularidade. Todas as tentativas que foram feitas para, ao longo da História, se construir um ser humano perfeito ou uma sociedade perfeita desembocaram em grandes tragédias. Temos de viver com esta consciência das nossas limitações e da inevitabilidade do erro, procurando, no entanto, errar cada vez menos e, ainda mais importante, errar no que não seja muito grave nem cause dano ao que somos enquanto humanidade.

Todas as pessoas, e mais especialmente aquelas que participam de forma mais ativa na vida política, não podem esquecer esta condição de

imperfeição do ser humano, que será sempre uma das suas principais marcas, até porque é esta imperfeição que lhe permite superar-se e procurar alcançar sempre mais e mais feitos numa permanente insatisfação. Ora, seres imperfeitos, têm dúvidas, discutem, argumentam e contra-argumentam, em busca do razoável, do melhor, do mais útil e do mais oportuno. Na vida política e partidária temos que centrar mais as nossas discussões relativamente ao que é útil, oportuno ou mesmo urgente em cada momento, e menos em vermos do nosso lado a verdade e a justiça e do lado oposto a falsidade e a injustiça, de forma a evitarmos que o nosso ponto de vista seja assumido por cada um de nós como moralmente superior ao dos outros. Partidos e Movimentos políticos têm posições e perspectivas divergentes, todas plausíveis, devendo a discussão ver o outro e a posição contrária como legítima, evitando a tentação de cair no maniqueísmo do certo e do errado, do verdadeiro e do falso, do justo e do injusto. A meu ver, devemos preferir uma ética política centrada mais na responsabilidade e menos nas convicções.

E aqui chegados, importa fortalecer e consolidar a nossa vivência democrática na Assembleia Municipal de Ílhavo e, de forma geral, em toda a autarquia; o caminho que tem sido feito é muito positivo, mas temos de ainda ir mais longe. Esta capacidade de ver o outro como igual, independentemente da posição política que cada um defende tem de ser sempre o nosso “chão comum da democracia”. Distinguindo-a do insulto, da difamação e da calúnia, podemos defender uma liberdade de expressão ilimitada em que a discussão e contenda políticas se têm de fazer a partir da argumentação, da contra-argumentação, da objeção, da crítica, do contraditório, sempre na busca do razoável a partir da fundamentação racional, evitando o recurso à falácia do ataque pessoal.

As ideias, sempre as ideias, são elas que estão em confronto no debate político, devendo evitar-se a pessoalização e a fulanização. Temos de continuar a ser, a autarquia no seu todo, um exemplo, discutirmos, divergirmos, mas nunca confundirmos divergências políticas ou ideológicas com relações pessoais, conseguindo manter a cordialidade, a simpatia e mesmo a afetividade com quem se opõe a nós, com quem não partilha as nossas ideias – e isto é o mais importante numa democracia: sermos capazes de nos entendermos com quem não estamos de acordo. Esta é a verdadeira definição de tolerância, digna de Voltaire, ao qual se costuma atribuir a ideia de ser capaz de defender até à morte o direito das pessoas expressarem o oposto do que ele próprio pensava (“Não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o direito de o dizeres”, embora a frase não seja de Voltaire, mas antes da sua biógrafa Evelyn Beatrice Hall, está de acordo com o espírito das suas posições políticas e filosóficas). Este é o caminho que temos de continuar a trilhar, o confronto de ideias e nunca o confronto de pessoas, a fundamentação e não o ataque pessoal, o foco tem

de estar naquilo que é dito e não em quem o diz, devendo evitar-se também as interpretações abusivas, sensacionalistas e especulativas sobre aquilo que foi efetivamente dito.

De facto, a liberdade dá trabalho e nunca está garantida, devemos sempre fazer um esforço por sustentar racionalmente as nossas posições, levando a sério as ideias com que não concordamos e mesmo aquelas que repudiamos. A todas devemos responder com os nossos argumentos, na esperança de que o esclarecimento possa resultar da discussão, e que cada interlocutor veja no outro com quem se confronta a valorização do seu próprio labor intelectual, do seu trabalho político em busca do melhor (mais útil e oportuno) para as pessoas e para a sociedade. Se fizermos isto, para além de estarmos a fazer bem o nosso trabalho e a servir os cidadãos e a causa pública, estaremos honrar a liberdade, a tolerância e, dessa forma, estaremos também a homenagear e a cumprir Abril.